



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

Informação nº 298/2021 – NUREC

Brasília (DF), 29 de novembro de 2021.

Processo nº: 18033/2011-e

Jurisdicionada: Administração Regional de Águas Claras – RA XX

Assunto: Tomada de Contas Anual – TCA

Ementa: Tomada de Contas Anual – TCA dos ordenadores de despesas, agentes de material e demais responsáveis da Administração Regional de Águas Claras – RA XX, referente ao exercício financeiro de 2009. Decisão nº 2688/2021. Julgamento pela regularidade com ressalvas das contas. Recurso de Reconsideração. Análise de admissibilidade. Proposição pelo não conhecimento.

1. IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO
Espécie de recurso: Recurso de Reconsideração ¹ (peça nº 87)
Recorrente: Antônio Pontes Távora
Procuração: José Silveira Teixeira (peça nº 87)
Deliberação recorrida: Decisão nº 2688/2021 (peça nº 71) Item II, “b”: <i>“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, que foi acompanhado pelo Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: (...); II – julgar as contas referentes ao exercício financeiro de 2009 da Administração Regional de Águas Claras – RA XX em: (...); b) regulares, com ressalvas, com fulcro no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994, relativas aos Srs. Antonio Pontes Távora (Administrador Regional, período de 01.01 a 17.06.2009) e (...), quanto aos fatos retratados nos subitens “3.1.2.3 – Pagamentos indevidos à título de IRPJ e CSSL, no BDI proposto pelas contratadas nas planilhas de preços, objeto das licitações”, “3.1.2.4 – Ausência de diários de obra/relatórios do executor”, “3.1.2.7 – Irregularidades na contratação por inexigibilidade de licitação”, “3.1.2.8 – Ausência de comprovação de consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública dos artistas”, “3.1.2.9 – Ausência de pesquisa de mercado na contratação de artistas por meio de inexigibilidade de licitação”, “3.1.2.10 – Contratação de artistas para eventos sem a comprovação de registro do profissional na delegacia regional do trabalho (DRT)”, “3.1.3.1 – Ausência de relatórios e de documentos formais de acompanhamento dos executores dos contratos de serviços de limpeza e conservação” e “4.3.1 – Ausência de contabilização de receita a receber por</i>

¹ A despeito de o recorrente nominar sua peça recursal inadequadamente, esta pode ser conhecida, caso atendidos os demais requisitos de admissibilidade e mediante a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, como “Recurso de Reconsideração”, a teor do que prevê o caput do art. 285 do RI/TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

preço público na ocupação de área pública”, do Relatório de Auditoria n.º 56/2011 – DIRAG/CONT; ; (...) Destacamos

2. EXAME PRELIMINAR	S / N / N/A
2.1. PRECLUSÃO CONSUMATIVA: O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela primeira vez?	SIM
2.2. TEMPESTIVIDADE: 2.2.1. O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica (arts. 33 e 34) e no Regimento do TCDF (art. 285)? Data da ciência da Decisão n° 2688/2021: 1º/9/2021 (peça n° 62) Data da ciência do Despacho Singular n° 679/2021 – GCIM, que prorrogou o prazo para recurso: 8/10/2021 (peça n° 81) Data da interposição do recurso: 11/11/2021 (peça n° 87)	SIM
2.2.2. Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos (art. 33, parágrafo único, da LO/TCDF)?	NÃO SE APLICA
2.3. LEGITIMIDADE:	SIM
2.3.1. O recorrente é parte legítima para interpor o recurso (art. 33 da LO/TCDF e art. 285 do RI/TCDF)?	SIM
2.3.2. A assinatura foi aposta pelo recorrente ou por procurador legalmente constituído?	SIM
2.4. INTERESSE: A decisão recorrida causa prejuízo ao recorrente?	NÃO
2.5. ADEQUAÇÃO:	NÃO
2.5.1. O recurso indicado pelo recorrente é o adequado para impugnar a decisão recorrida (art. 285 do RI/TCDF)?	SIM
2.5.2. A decisão recorrida tem conteúdo diferente daquele do rol do art. 280 do RI/TCDF (rejeição de alegações de defesa, conversão/instauração TCE, audiência, diligência ou inspeção)?	SIM
2.5.3. Pode-se utilizar o princípio da fungibilidade recursal para acatar os presentes recursos?	SIM
2.5.4. Trata-se de recurso contra decisão de natureza cautelar?	NÃO
2.6. EFEITO:	SIM
2.6.1. O efeito suspensivo pode ser concedido ao item recorrido, na forma do art. 34 da LO/TCDF?	SIM
2.6.2. O recurso agrava a situação de outro interessado ou instala conflito de interesses (art. 283 do RI/TCDF)?	NÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

3. CONCLUSÃO DESCRITIVA:

O Sr. Antônio Pontes Távora protocolou recurso insurgindo-se contra o item II, “b”, da Decisão nº 2688/2021, por meio do qual esta Corte de Contas julgou suas contas regulares com ressalvas, em razão das irregularidades descritas no bojo da deliberação em comento.

Quanto à análise dos requisitos de admissibilidade, verifica-se que o recurso é tempestivo, foi interposto por parte legítima, respeitando-se, ainda, a preclusão consumativa (unirrecorribilidade).

No que tange à adequação, vê-se que o recorrente nominou inadequadamente a peça recursal como “Defesa”. Com base no princípio da fungibilidade recursal, porém, mostra-se possível tomar conhecimento do apelo como se Recurso de Reconsideração fosse, conforme previsão contida no caput do art. 285 do RI/TCDF.

Por outro lado, o requisito do interesse recursal mostra-se ausente na medida em que o intento recursal é no sentido de se afastar suposta multa aplicada ao recorrente, o que, em verdade, não ocorreu.

Sugere-se, por conseguinte, o não conhecimento do apelo interposto pelo Sr. Antônio Pontes Távora, por conta do não atendimento do requisito do interesse recursal.

4. SUGESTÕES:

4.1. Ante o exposto, sugere-se ao e. Plenário:

- I. tomar conhecimento da Informação nº 298/2021 – NUREC;
- II. não conhecer do recurso protocolado pelo Sr. Antônio Pontes Távora, por conta do não atendimento do requisito do interesse recursal;
- III. autorizar:
 - a) a ciência da decisão que vier a ser prolatada ao recorrentes, por intermédio de seu representante legal, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF nº 183/2007;
 - b) o envio de cópia dessa Decisão ao Núcleo de Recursos como forma de viabilizar os correspondentes registros;
 - c) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para os devidos fins.

Ao Gabinete da Presidência, nos termos do art. 8º, § 1º, da Portaria nº 394/2018, para os fins previstos nos arts. 278, § 1º, e 279, *caput*, do RI/TCDF.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2021.

Assinatura Eletrônica
THIAGO OLÍMPIO FERREIRA
Diretor